

1ª Edição - 2017

EXAME



C N P C



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Perito Contábil

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE PERITOS CONTÁBEIS (CNPC) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE PERITO 1/2017

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral para Peritos Contábeis (QTPC)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.) e deverão ser redigidas com letra legível.

As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

De acordo com o item 3.9.1, em hipótese alguma, haverá substituição das Folhas de Respostas Objetivas e Dissertativas por erro do(a) candidato(a).

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA
SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. O Art. 156 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - indica a necessidade de formação de cadastro de peritos mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado, como condição para a escolha do perito nomeado em um processo judicial. Prevê ainda o referido dispositivo legal outras condições. Acerca desse assunto julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.
- II. Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados.
- III. Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia.

Estão CERTOS os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

2. Com base nas condições definidas pelo Art. 465 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 -, após a apresentação de proposta de honorários pelo perito judicial nomeado no processo, as partes podem:

- a) solicitar o depósito judicial do valor de honorários periciais em parcelas ou o pagamento ao final do processo judicial, em manifestação fundamentada no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) manifestar-se no prazo comum de 5 (cinco) dias sobre o valor proposto de honorários pelo perito.
- c) manifestar-se no prazo comum de 10 (dez) dias, e somente se existir a pretensão de pagamento parcelado dos honorários periciais.
- d) solicitar a substituição do perito judicial, se considerarem elevado o valor proposto de honorários.

- 3. Ao prestar informações inverídicas, por dolo ou culpa, nos termos do Art. 158 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 -, o perito será responsabilizado pela conduta praticada. É CORRETO afirmar que o perito responderá:**
- a) pelos prejuízos que causar à parte, podendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.
 - b) pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias, podendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.
 - c) pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) anos.
 - d) pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independente das demais sanções penais em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.
- 4. Caso o perito descumpra com o prazo estabelecido para a realização de uma perícia, sem justificativa, poderá ser penalizado pela sua atitude desidiosa. De acordo com o que consta do §1º do Art. 468 Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 -, estão previstas condições para sanções em casos de descumprimento do encargo no prazo pelo perito. Com relação às punições, assinale a opção CORRETA.**
- a) O juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ainda, impor multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo.
 - b) O juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, que é a única responsável pela imposição de sanções disciplinares e éticas ao perito.
 - c) O juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ainda, impor multa ao perito, fixada por fator de multiplicação baseada no valor dos honorários periciais arbitrados ao perito.
 - d) O juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva e determinará, de imediato, a inabilitação do perito para atuar em outros processos judiciais e exclusão do cadastro de peritos mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado, pelo prazo de pelo menos 2 (dois) anos.

- 5. Os quesitos apresentados em uma perícia representam as dúvidas levantadas sobre o objeto da perícia, em forma de perguntas. Estão definidas algumas atribuições do juiz quanto aos quesitos da perícia, conforme Art. 470 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Assinale a opção CORRETA.**
- a) incumbe ao juiz indeferir quesitos impertinentes; formular os quesitos que entender necessários ao esclarecimento da causa.
 - b) incumbe ao juiz deferir os quesitos formulados pelas partes, pelos assistentes técnicos e pelo perito; e formular os quesitos que entender necessários ao esclarecimento da causa.
 - c) incumbe ao juiz deferir quesitos impertinentes.
 - d) incumbe ao juiz deferir os quesitos que tenham sido apresentados pelas partes, e somente formular quesitos na ausência de apresentação dos mesmos pelas partes.
- 6. De acordo com o que consta no §2º do Art. 477 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 -, após as manifestações apresentadas sobre o laudo, por determinação do juiz, é dever do perito do juízo:**
- a) esclarecer ponto sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, no prazo que o perito considerar necessário para tanto.
 - b) no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar a divergência apresentada no parecer do assistente técnico da parte.
 - c) esclarecer questões levantadas pelos assistentes técnicos, em forma de quesitos, no prazo fixado pelo perito.
 - d) no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto: I- sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público; II- divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte.
- 7. De acordo com o Art. 157 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 -, quando nomeado em Juízo e não estiver capacitado a desenvolver o trabalho, o perito deverá:**
- a) aceitar o trabalho devido a sua responsabilidade profissional.
 - b) comunicar as partes, por escrito, a razão de seu impedimento.
 - c) dirigir petição ao Juízo, no prazo legal, justificando sua escusa.
 - d) declarar sua impossibilidade na primeira audiência do processo.

8. A prova técnica simplificada está definida pelo Art. 464 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 -, e pode substituir a perícia tradicional. Sobre a prova técnica simplificada, assinale a opção CORRETA.

- a) Consiste apenas na inquirição do especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demandar especial conhecimento científico ou técnico e ocorre quando o ponto controvertido for de menor complexidade.
- b) Consiste apenas na inquirição do especialista, pelo juiz e pelas partes, sobre ponto controvertido da causa que demandar especial conhecimento científico ou técnico e ocorre em quaisquer circunstâncias, independente do nível de complexidade da matéria objeto de estudo da perícia.
- c) Consiste apenas na inquirição do especialista, pelas partes, sobre ponto controvertido da causa que demandar especial conhecimento científico ou técnico, para qualquer situação e por requerimento do juiz.
- d) Consiste apenas na inquirição do especialista, pelas partes, sobre ponto controvertido da causa que demandar especial conhecimento científico ou técnico e ocorre quando o ponto controvertido for de maior complexidade.

9. Um contador firmou contrato pelo prazo de um ano com a empresa X, com o objetivo de assisti-la em suas demandas judiciais. No terceiro mês de vigência contratual emitiu um parecer técnico sobre um processo no qual a empresa X era ré. O parecer foi elaborado com toda a técnica pericial e constituído de todos os requisitos contábeis. Na conclusão de seu parecer, o assistente técnico registrou condições e fatos divergentes do que esperavam os dirigentes da empresa X, os quais passaram a duvidar da capacidade do profissional contratado e deixaram claro, por meio de comentários, que nele perderam a confiança.

Ciente da desconfiança de seu cliente e levando em conta a vigência do contrato firmado, julgue o que representa ser dever do profissional, com base no Código de Ética Profissional do Contador, e em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) Buscar a continuidade de seu trabalho até o final do prazo contratado.
- b) Renunciar à função exercida mediante prévio aviso à empresa, cuidando para que a renúncia não cause prejuízos a ela.
- c) Reconhecer que houve falha na elaboração do parecer objeto da desconfiança e negociar com a empresa a continuidade de sua função até o final do prazo contratado.
- d) Comunicar à empresa, por escrito, seu afastamento em razão do fato de que teve conhecimento, considerando imediatamente rompido o contrato vigente.

10. Um assistente técnico prestador de serviços a várias empresas, em determinada ocasião recebeu trabalhos em quantidade superior àquela de rotina. Contratou um auxiliar a quem destinou alguns processos para emitir pareceres. Escolheu um colega (contratado) de sua irrestrita confiança, altamente qualificado, experiente em trabalhos como perito nomeado por magistrados e bem qualificado também como assistente técnico. A ele entregou os casos mais simples que tinha e, sob sua orientação e supervisão, dentro dos prazos disponíveis, recebeu os pareceres elaborados com todo o cuidado e técnica necessários.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, assinale a opção que representa a **CORRETA** atitude do assistente técnico contratante.

- a) Dadas as qualidades excelentes do auxiliar contratado, o assistente técnico contratante entregará aos clientes os trabalhos assinados pelo contratado, cujas qualidades dispensam qualquer explicação.
- b) O assistente técnico contratante assinará os trabalhos elaborados pelo contratado, mas registrará que sua responsabilidade ficará dividida.
- c) O assistente técnico contratante solicitará ao contratado que assine os pareceres e, ao entregá-los aos clientes, informará que repassou a responsabilidade ao contratado.
- d) O assistente técnico contratante assinará os trabalhos elaborados pelo contratado, assumindo toda a responsabilidade decorrente.

11. Considerando-se o Código de Ética Profissional do Contador, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. No desempenho de suas funções, é vedado ao profissional da contabilidade exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos.
- II. No desempenho de suas funções, é permitido aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- III. No desempenho de suas funções, é vedado ao profissional da contabilidade manter organização contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

12. Conforme o Código de Ética Profissional do Contador, aprovado pela Resolução CFC nº 803/96 e alterações posteriores, no que se refere ao desempenho das funções do profissional da contabilidade, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. É vedado ao profissional da contabilidade não revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação que, comprovadamente, tenha tido conhecimento.
- II. É vedado ao profissional da contabilidade exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos.
- III. É vedado ao profissional da contabilidade iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas.
- IV. É vedado ao profissional da contabilidade não cumprir, no prazo estabelecido, determinação dos Conselhos Regionais de Contabilidade, depois de regularmente notificado.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, F, V.
- b) V, F, F, F.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, V, F.

13. Em relação ao Código de Ética Profissional do Contador, assinale a opção CORRETA.

- a) A transgressão aos preceitos do Código de Ética Profissional do Contador será julgada, originariamente, e em única instância, pelo Conselho Federal de Contabilidade, na condição de Tribunal Superior de Ética.
- b) O recebimento de denúncia de infração ao Código de Ética Profissional do Contador, pelo Conselho Federal de Contabilidade, suceder-se-á de comunicação ao denunciante, no prazo de 90 dias.
- c) Os profissionais a que se refere ao Decreto-Lei nº 9.295/1946 somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação e aprovação em Exame de Suficiência a que estiverem sujeitos.
- d) Na aplicação dos diversos tipos de sanções éticas, a ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional poderá ser considerada como atenuante.

14. De acordo com o item 32 da NBC PP 01 – Perito Contábil, o perito-assistente pode contratar serviço de profissional de outra área:

- a) somente quando necessitar auxílio para cumprimento de prazo de entrega do laudo.
- b) pode nos casos em que parte da matéria-objeto da perícia assim o requeira.
- c) deve contratar sempre pois reforçará seu parecer técnico.
- d) somente quando em trabalho conjunto com o perito contador.

15. De acordo com a NBC PP 01 – Perito Contábil, o Perito do juízo estará sendo parcial se:

- a) dispensar igual tratamento às partes.
- b) utilizar argumentos baseados em trabalho técnico por ele publicado.
- c) atender aos assistentes técnicos com iguais oportunidades.
- d) omitir algum argumento técnico com o objetivo de não prejudicar uma parte.

16. O contador, Perito do juízo, elaborou seu trabalho utilizando-se de Equipe Técnica formada por um engenheiro mecânico e um engenheiro agrônomo. No Laudo Pericial Contábil, ao abordar a metodologia empregada, citou os trabalhos técnicos das áreas da Mecânica e Agronomia, detalhando a parte elaborada por cada membro da equipe e suas aplicações em auxílio à produção da prova. De acordo com a NBC PP 01 – Perito Contábil, julgue as situações citadas e, em seguida, assinale a opção **INCORRETA.**

- a) O contador assumiu a responsabilidade pela totalidade das informações e resultados técnicos expostos em seu laudo.
- b) O contador assumiu somente a responsabilidade relativa às questões contábeis expostas em seu laudo.
- c) O contador foi prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às consequências advindas dos seus atos.
- d) O contador demonstrou seu zelo profissional à medida que utilizou o trabalho de especialistas de outras áreas.

17. O contador X, na função de Perito do juízo, constatou a necessidade de proceder diligência para obter dados ausentes dos autos para cumprimento do seu encargo. Neste caso, de acordo com a NBC PP 01 – Perito Contábil, assinale o procedimento adequado.

- a) Solicitar diretamente à parte detentora da prova documental, imediatamente e por qualquer meio, dispensada comunicação prévia às partes.
- b) Dirigir termo de diligência diretamente à parte envolvida, mediante prévia autorização judicial.
- c) Dirigir o termo de diligência ao juiz, solicitando a intimação da parte envolvida.
- d) Dirigir termo de diligência diretamente à parte envolvida, comunicando previamente às partes para ciência de seus assistentes.

18. Após examinar os autos de um processo para o qual foi nomeado perito do juízo, apresentou sua proposta de honorários no valor de R\$22.380,00 (vinte e dois mil e e trezentos e oitenta reais), levando em consideração, além de outros fatores, o tempo a ser gasto com as respostas aos quesitos formulados, relacionados, exclusivamente, aos temas financeiros objeto da lide. A proposta foi aceita e, dias após, o perito protocolou seu laudo. Depois recebeu seus honorários e, passados 30 dias, uma das partes apresentou novos quesitos relacionados a temas contábeis.

De acordo com a NBC PP 01 – Perito Contábil, julgue as seguintes possibilidades e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) O perito deverá, simplesmente, responder aos novos quesitos sem pleitear complementação de honorários, eis que os novos quesitos são complementares.
- b) O perito poderá pedir a complementação de honorários porque os novos quesitos são suplementares.
- c) O perito não poderá pedir a complementação de honorários porque os novos quesitos tratam de temas contábeis, que é a sua especialização.
- d) O perito não poderá pedir a suplementação de honorários, já que os quesitos estão vinculados ao objeto da prova pericial deferida.

19. À luz da NBC PP 01 – Perito Contábil, analise a seguinte situação:

O contador Y, em 15/6/20X1, aconselhou o Sr. Z a respeito da situação patrimonial de uma sociedade empresarial, objeto de uma discussão societária em um litígio judicial. Em 1º/7/20X1, o Contador Y tomou ciência de sua nomeação para a função de perito do juízo, ocorrida em 1º/6/20X1, e constatou que o Sr. Z é parte do citado litígio judicial.

Marque a opção CORRETA que apresenta a atitude a ser tomada pelo contador Y no processo judicial que fora nomeado para a função de perito do juízo.

- a) Recusar o encargo alegando seu impedimento.
- b) Aceitar o encargo visto que o aconselhamento dado à parte ocorreu após sua nomeação.
- c) Recusar o encargo alegando sua suspeição.
- d) Aceitar o encargo porque o aconselhamento ocorreu quando ainda não sabia de sua nomeação, ficando assim afastada a hipótese de suspeição.

20. Com base no que consta da NBC TP 01 – Perícia Contábil, julgue os itens abaixo e em seguida assinale a alternativa CORRETA.

1. No Parecer Técnico-Contábil serão transcritos e respondidos apenas os quesitos para os quais haja divergência em relação às respostas do Perito do juízo.
2. Não havendo quesitos, o Perito do juízo os elaborará e responderá, justificando tecnicamente suas respostas.
3. Não havendo quesitos, o Perito do juízo ficará impossibilitado de realizar seu trabalho.
4. Não havendo quesitos, a perícia deverá ser elaborada em conjunto pelo Perito do juízo e pelo perito-assistente.
5. A transcrição dos quesitos faz parte da estrutura do Laudo Pericial Contábil.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) 1 e 3, apenas.
- b) 1 e 2, apenas.
- c) 1 e 5, apenas.
- d) 4 e 5, apenas.

21. Em conformidade com a NBC TP 01 - Perícia Contábil, os elementos de prova obtidos por meio de diligências feitas pelo Perito do juízo são indispensáveis para a elaboração do laudo pericial. Acerca desse tema, julgue as opções abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

1. O Perito do juízo deve manter registro dos locais e datas das diligências.
2. O Perito do juízo deve manter registro dos nomes das pessoas que o atender durante as diligências.
3. O Perito do juízo deve consultar o Juiz se deve juntar as provas obtidas em diligências aos autos.
4. O Perito do juízo só deve considerar como elementos de prova os documentos existentes no processo quando do início da perícia.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) 1, 2 e 4, apenas.
- b) 2 e 3, apenas.
- c) 1 e 2, apenas.
- d) 2, 3 e 4, apenas.

22. De acordo com a NBC TP 01 – Perícia Contábil, para o desenvolvimento e celeridade dos trabalhos periciais, o perito-assistente:

- a) deve informar ao Perito do juízo, com antecedência, a data em que seu parecer será protocolado.
- b) não pode entregar cópia de seu parecer ao Perito do juízo antes do término da perícia.
- c) pode solicitar ao Perito do juízo cópia do laudo antes de ser protocolado.
- d) pode entregar cópia de seu laudo ao Perito do juízo antes do término da perícia, sob pena de quebra de imparcialidade.

23. Por ocasião das diligências a serem executadas no trabalho pericial, segundo a NBC TP 01 – Perícia Contábil, o perito do juízo e o perito-assistente devem:

- a) relacionar os documentos e dados de que necessitem, solicitando-os no termo de diligência.
- b) analisar os livros contábeis e fichas financeiras dos empregados, exclusivamente existentes nos autos do processo judicial.
- c) comunicar aos advogados das partes qualquer dificuldade na execução dos trabalhos.
- d) estabelecer honorários, mediante avaliação dos serviços, incluindo as diligências a serem realizadas.

24. Na realização dos trabalhos periciais, de acordo com a NBC TP 01 – Perícia Contábil, numere a segunda coluna de acordo com a primeira e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- 1. Perito do juízo.
 - 2. Perito-assistente.
 - 3. Perito do juízo ou perito-assistente.
- () pode-se colocar disponível para a execução da perícia em conjunto.
- () deve comunicar às partes a data e o local de início do trabalho.
- () pode pedir ao advogado da parte que o contratou o dossiê do processo para conhecimento dos fatos e melhor acompanhamento dos atos processuais.
- () deve utilizar o Termo de Diligência, quando necessário.

A sequência CORRETA é:

- a) 1, 2, 2, 1.
- b) 3, 2, 1, 1.
- c) 2, 1, 2, 3.
- d) 1, 3, 3, 3.

25. Quando uma parte se recusar a atender ao que foi solicitado em termo de diligência ou surgir dificuldade impeditiva para a execução do trabalho pericial, em conformidade com a NBC TP 01 – Perícia Contábil, o perito do juízo DEVE:

- a) comunicar o fato ao juízo, com a devida comprovação ou justificativa.
- b) elaborar novo termo de diligência, concedendo um prazo maior.
- c) comunicar o fato ao Ministério Público para providências.
- d) elaborar o parecer contábil, baseado apenas nos documentos disponíveis.

26. Durante a realização do trabalho pericial, o perito contábil identificou a necessidade de análise de registros contábeis da empresa para confirmação do valor de seu estoque. Para tanto, encaminhou o termo de diligência à parte (empresa). No entanto, obteve a resposta da inexistência de contabilidade.

De acordo com a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), em seus artigos 1.179 e 1.180, quanto aos registros contábeis, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- 1. Todas as sociedades empresárias, inclusive o pequeno empresário, estão obrigadas a cumprir as exigências do Art. 1.179.
- 2. Todas as sociedades empresárias, exclusive o pequeno empresário, estão obrigadas a cumprir as exigências do Art.1.179.
- 3. O número e a espécie de livros, de acordo com os artigos 1.179 e 1.180, ficam a critério dos interessados, sendo indispensáveis o Diário, o Razão e demais livros exigidos por Lei.
- 4. O número e a espécie de livros, de acordo com os artigos 1.179 e 1.180, ficam a critério dos interessados, sendo indispensáveis o Diário e demais livros exigidos por Lei.
- 5. No caso de escrituração mecanizada, de acordo com o Art.1.180, o livro Diário pode ser substituído por fichas, desde que adotado livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.
- 6. No caso de escrituração mecanizada, de acordo com o Art.1.180, o livro Diário não pode ser substituído por fichas, se for adotado livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do resultado econômico.

Estão CERTOS apenas os itens:

- a) 1, 3 e 5.
- b) 2, 4 e 6.
- c) 2, 4 e 5.
- d) 1, 4 e 6.

27. O empresário A, administrador da empresa Z, contratou o contador B para realizar uma perícia na contabilidade de sua empresa, buscando certificar a existência de comprovação fidedigna para os registros contábeis de determinado período. O perito apontou em seu laudo 2 (dois) lançamentos desprovidos de origem, que produziram significativa redução no resultado da empresa com impacto no caixa. O contador X, empregado e responsável técnico pela escrituração da empresa, explicou que os tais registros foram efetuados por determinação expressa recebida do empresário A.

Analise a situação hipotética acima, à luz da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), e em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) Constatada a irregularidade, o contador X está isento de qualquer responsabilidade porque, na qualidade de empregado, apenas cumpriu determinação expressa de seu empregador.
- b) Constatada a irregularidade, o empresário A está isento de responsabilidade perante terceiros porque esperava que qualquer determinação equivocada deveria ser rejeitada pelo contador.
- c) O empresário A e o contador X são responsáveis perante terceiros.
- d) O empresário A é o único responsável pelos atos e pelos registros da empresa perante terceiros, pois partiu dele a determinação.

28. Dada a complexidade e a diversidade dos itens que compõem o inventário de uma empresa, o empresário contratou um perito para realizar o trabalho de validação do valor dos bens inventariados destinados à exploração da atividade.

Com base na situação acima e no critério de avaliação desses bens previsto no Código Civil, em seu Art.1.187, assinale a opção CORRETA.

- a) Os bens destinados à exploração da atividade serão avaliados pelo custo de aquisição, criando-se fundos de amortização para os que se desgastam ou depreciam.
- b) Os bens destinados à exploração da atividade serão avaliados pelo valor de mercado, criando-se fundos de amortização para os que se desgastam ou depreciam.
- c) Os bens destinados à exploração da atividade serão avaliados pelo valor de mercado, dispensada a criação de fundos de amortização para os que se desgastam ou depreciam.
- d) Os bens destinados à exploração da atividade serão avaliados pelo custo de aquisição, dispensada a criação de fundos de amortização para os que se desgastam ou depreciam.

29. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre o relatório contábil-financeiro de propósito geral (OB2 e OB3), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.
- II. Decisões a serem tomadas por investidores existentes e em potencial relacionadas a comprar, vender ou manter instrumentos patrimoniais e instrumentos de dívida dependem do retorno esperado dos investimentos feitos nos referidos instrumentos.
- III. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações gerenciais acerca do conjunto de entidade que reporta essa informação a credores e devedores.
- IV. Decisões a serem tomadas por investidores existentes e em potencial relacionadas a quaisquer transações independentemente do retorno esperado.

Está(ão) CERTO(S) o(s) item(ns).

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.

30. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre materialidade da informação (QC11), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, assinale a opção CORRETA.

- a) A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida (*misstating*) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação.
- b) A informação é material ainda que a sua omissão ou sua divulgação distorcida (*misstating*) não influencie as decisões que os usuários internos tomam com base na informação divulgada nas demonstrações contábeis.
- c) A informação é material para qualquer contexto das demonstrações contábil-financeiras porque o usuário interno toma decisão com base na informação parcial que é divulgada.
- d) Toda informação divulgada nas demonstrações contábeis cujo valor seja de pelo menos 10% (dez por cento) do total do grupo econômico a que pertence é informação material.

31. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre fidedignidade da informação contábil-financeira (QC12), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, assinale a opção CORRETA.

- a) A informação contábil representa um fenômeno. Para ser fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser *relevante, justa e livre* de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.
- b) Para que a informação contábil-financeira seja fidedigna é necessário que ela seja relevante e represente o fenômeno declarado. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter dois atributos: *completude e confiabilidade*. É claro, a perfeição é possível, e de fato é alcançável.
- c) Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter quatro atributos. Ela tem que ter *completude, neutralidade, relevância e tempestividade*.
- d) Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser *completa, neutra e livre de erro*. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

32. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre aplicação das características qualitativas fundamentais (QC17), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, assinale a opção CORRETA.

- a) A informação precisa concomitantemente ser relevante, neutra, tempestiva e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. A representação fidedigna de fenômeno relevante não é substantiva.
- b) A informação precisa concomitantemente ser relevante, tempestiva, comparável e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante, que não sejam substantivas, auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.
- c) A informação precisa concomitantemente ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.
- d) A informação não precisa ser concomitantemente relevante e representar fidedignamente a realidade reportada para ser útil. A fidedignidade é medida pela utilidade da informação e por suas características.

33. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre aplicação das características qualitativas fundamentais (QC22), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, assinale a opção CORRETA.

- a) Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.
- b) Consistência, embora esteja relacionada com a confiabilidade, significa coisas diferentes. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para entre diversos períodos de entidades semelhantes. Confiabilidade é o objeto; a consistência é o resultado desse objetivo.
- c) Consistência só se relaciona com confiabilidade se as declarações de propósitos forem as mesmas. Assim, consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para entre diversos períodos de entidades semelhantes. Confiabilidade é o objeto; a consistência é o resultado desse objetivo.
- d) Consistência e comparabilidade são as mesmas coisas, exceto que a primeira é contínua no tempo e a segunda é o momento da oportunidade. Quando consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, comparabilidade pode ser utilizada para objetos distintos. Consistência é o objeto; comparabilidade é o resultado das ações.

34. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre posição patrimonial e financeira (4.4; 4.5; 4.8 e 4.9), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F).

- I. *Ativo* é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- II. *Ativo* é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se exigam lucros econômicos que podem ser convertidos em moeda.
- III. *Passivo* é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- IV. *Passivo* é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados e presentes que devem ser liquidados em moeda corrente, cujos efeitos patrimoniais foram permutativos.

A sequência **CORRETA** é:

- a) V, V, F, F.
- b) V, F, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, F, V, V.

35. O contador da empresa X está analisando uma lide em que X é polo passivo para concluir se deve reconhecer, ou não, algum valor. Depois de obter conhecimento sobre a lide, ouviu da consultoria jurídica que o passivo contingente que está sendo discutido é da ordem de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que o contador pode considerar que dos cenários provável, possível e remoto, o remoto lidera com 80% (oitenta por cento). Com base neste enunciado e considerando o item 6 da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que apresenta a CORRETA decisão do contador.

- a) Reconhecer e não divulgar um passivo no valor de R\$1.000.000,00, correspondente aos 20% não remoto.
- b) Reconhecer e divulgar um passivo no valor de R\$4.000.000,00, correspondente aos 80% como remoto.
- c) Não reconhecer e não divulgar nada sobre a lide.
- d) Não reconhecer e divulgar o valor total de R\$5.000.000,00.

36. A Escrituração Contábil deve ser executada de acordo com a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil. Sobre as condições de execução de escrituração contábil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F).

- I. Com base em documentos de origem externa ou interna.
- II. Se ausentes os documentos de origem interna ou externa, com base em elementos que evidenciem fatos contábeis.
- III. Em moeda corrente nacional ou internacional, diante da expansão da globalização e de acordo com a convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais.
- IV. Com ausência de espaços em branco, admitidas emendas.
- V. Utilizando estornos para evidenciar o princípio da “Primazia da Essência sobre a Forma”.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V, V, V.
- b) V, F, F, F, V.
- c) V, V, F, V, F.
- d) V, V, F, F, F.

37. O Histórico é um dos elementos essenciais da escrituração na forma contábil. De acordo com a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, assinale a opção CORRETA.

- a) O histórico deve representar a essência econômica da transação, evidenciada resumidamente sempre na forma de texto.
- b) O histórico, na forma de texto, pode ser substituído por código padronizado. Neste caso, é dispensada a tabela de códigos.
- c) O histórico pode ser apresentado na forma de texto ou de código de histórico padronizado, neste caso baseado em tabela auxiliar inclusa em livro próprio.
- d) O histórico não é um dos elementos essenciais da escrituração contábil, razão pela qual pode ser representado por qualquer das formas: texto ou código.

38. De acordo com a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, assinale a opção CORRETA relacionada com o uso das contas de compensação na escrituração contábil.

- a) As contas de compensação têm uso obrigatório para demonstrar os prejuízos existentes em operações de crédito.
- b) As contas de compensação só têm uso obrigatório quando determinado por ato de órgão regulador.
- c) As contas de compensação têm uso obrigatório em qualquer situação.
- d) As contas de compensação têm uso facultativo ainda que seu uso seja determinado pelo órgão regulador.

39. Durante a realização de uma perícia em avaliação de sociedade empresarial, o perito contábil identificou a anulação de um lançamento contábil por meio de um estorno, impactando no valor de apuração da quota patrimonial. Com relação ao conceito de estorno, de acordo com a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, assinale a opção CORRETA.

- a) Estorno é o lançamento de regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, por meio da transposição do registro para a conta adequada.
- b) Estorno é o lançamento posterior que complementa, aumenta ou reduz o valor anteriormente registrado.
- c) Estorno é o lançamento inverso àquele feito erroneamente, somente admitido para sua anulação.
- d) Estorno é o lançamento que corrige erro anterior com a finalidade de reduzir o valor e alterar o histórico que continha impropriedade.

40. Em um processo judicial houve a seguinte decisão: “*Condeneo o réu ao pagamento da diferença, apurada no mês de março de 199X entre os percentuais ‘BCD’ (10%) e ‘XYZ’ (5%), ao autor que efetivamente pagou com atualização do financiamento pelo percentual ilegal de 10%. A diferença apurada deverá ser corrigida monetariamente a contar da data do pagamento a maior, pelos percentuais mensais do ‘BCD’, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês.*”

Parâmetros financeiros para o cálculo:

1. *Data da emissão: 1º/1/199X*
2. *Vencimento: 1º/5/199X*
3. *Valor \$ 100,00*
4. *Forma de pagamento:*
 - *Em 1º/3/199X, 50% do saldo devido e*
 - *Em 1º/5/199X o saldo remanescente.*
5. *Percentuais do “BCD” para todo o período: 10% ao mês.*

Com base nos dados acima, assinale a opção que apresenta a diferença apurada entre o valor da correção monetária cobrada na data da sua ocorrência e o valor da correção monetária devida, de acordo com os parâmetros fixados na decisão judicial.

- a) \$3,32.
- b) \$3,37.
- c) \$3,03.
- d) \$6,65.

41. Em um processo judicial, foi deferida pelo juiz a realização de perícia contábil, com a seguinte determinação específica para análise dos cálculos apresentados pelo Banco (Autor da ação): “*determino a realização de perícia contábil para verificar se os valores cobrados estão de acordo com o que foi contratado entre as partes.*”.

De acordo com o contrato de empréstimo celebrado entre as partes, foram definidas as seguintes condições financeiras para a operação de crédito:

- **Data de assinatura: 22/3/20XX;**
- **Valor do empréstimo contratado: R\$12.500,00;**
- **Taxa de juros: 2,35% ao mês;**
- **Sistema de Amortização: Tabela Price;**
- **Valor de prestações mensais: R\$2.269,37;**
- **Quantidade de parcelas para pagamento: 6 parcelas mensais;**
- **Datas de vencimentos das parcelas contratadas: 22/4/20XX, 22/5/20XX, 22/6/20XX, 22/7/20XX, 22/8/20XX, 22/9/20XX.**

Já pelos cálculos elaborados pelo Banco Autor, juntados aos autos do processo judicial, estão detalhados os seguintes valores e condições das cobranças feitas ao Réu:

Parcela	Vencimento	Prestação	Juros	Amortização	Saldo Devedor
–	–	–	–	–	12.500,00
1	22/4/20XX	2.269,37	312,50	1.956,87	10.543,13
2	22/5/20XX	2.269,37	263,58	2.005,80	8.537,33
3	22/6/20XX	2.269,37	213,43	2.055,94	6.481,39
4	22/7/20XX	2.269,37	162,03	2.107,34	4.374,05
5	22/8/20XX	2.269,37	109,35	2.160,02	2.214,02
6	22/9/20XX	2.269,37	55,35	2.214,02	–

Analise os cálculos apresentados pelo Banco Autor, confirme se estão de acordo com as condições contratuais celebradas e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- Os valores das parcelas cobradas pelo Banco Autor estão de acordo com o valor definido no contrato celebrado entre as partes, \$2.269,37, e a taxa de juros aplicada para o cálculo dessas parcelas representa a mesma taxa definida no contrato, de 2,35% ao mês.
- Os valores das parcelas cobradas pelo Banco Autor não estão de acordo com o valor definido no contrato celebrado entre as partes, \$2.269,37, sendo que a parcela refere-se aos valores de amortizações mensais de \$1.956,87 em 22/4/20XX, \$2.005,80 em 22/5/20XX, \$2.055,94 em 22/6/20XX, \$2.107,34 em 22/7/20XX, \$2.160,02 em 22/8/20XX, e \$2.214,02 em 22/9/20XX. A taxa de juros aplicada para o cálculo dessas parcelas, de 2,75% ao mês, está diferente da taxa definida no contrato, de 2,35% ao mês.
- Os valores das parcelas cobradas pelo Banco Autor estão de acordo com o valor definido no contrato celebrado entre as partes, \$2.269,37, mas a taxa de juros aplicada para o cálculo dessas parcelas foi de 2,5% ao mês e está diferente da taxa definida no contrato, que é 2,35% ao mês.
- Os valores das parcelas cobradas pelo Banco Autor não estão de acordo com o valor definido no contrato celebrado entre as partes, \$2.269,37, sendo que a parcela refere-se aos valores de amortizações mensais de \$1.956,87 em 22/4/20XX, \$2.005,80 em 22/5/20XX, \$2.055,94 em 22/6/20XX, \$2.107,34 em 22/7/20XX, \$2.160,02 em 22/8/20XX, e \$2.214,02 em 22/9/20XX. A taxa de juros aplicada para o cálculo dessas parcelas representa a mesma taxa definida no contrato, de 2,35% ao mês.

42. De acordo com a definição utilizada pela NBC TG 20 (R1) identifique o(s) item(ns) que apresenta(m) um ativo qualificável.

- I. Um determinado bem durável cuja produção para uso próprio demorou três anos.
- II. Uma empresa produz um bem de consumo em período de 25 dias para uso próprio.
- III. Um determinado bem durável cuja produção para venda demorou cinco anos.
- IV. Uma empresa produz um bem de consumo em período de 10 dias para venda.

Está(ão) **CERTO(S)** o(s) item(ns):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.

43. A empresa X elaborou um projeto para a construção de sua sede em valor estimado de R\$1 milhão. Para não sacrificar seu caixa, contraiu empréstimo junto ao Banco Y, no valor de R\$2 milhões, sendo R\$1 milhão para a construção da sede e R\$1 milhão para capital de giro. O custo total do empréstimo foi de R\$250.000,00. De acordo com o critério de alocação de custo dessa natureza, recomendado pela NBC TG 20 (R1), assinale a opção que apresenta o custo a ser capitalizado como ativo qualificável.

- a) O custo total do empréstimo de R\$250.000,00 deve ser levado ao resultado porque é uma despesa financeira.
- b) O custo total do empréstimo de R\$250.000,00 deve ser capitalizado porque a empresa se comprometeu com o banco que o valor total do empréstimo era todo para a construção da sede.
- c) Somente o custo da parte do empréstimo que foi utilizada para a construção da sede deve ser capitalizado.
- d) A capitalização do custo independe de quanto do empréstimo foi utilizado para a construção da sede.

- 44. Os sócios da empresa X discordaram do contador sobre a data de início de capitalização do custo de um empréstimo para produção de um ativo qualificável, conforme recomenda a NBC TG 20 (R1). O empréstimo foi obtido em 1º/4/20XX e a obra foi iniciada em 1º/6/20XX. O contador iniciou a capitalização do custo a partir de 1º/4/20XX, quando ainda não havia obra. Como não houve acordo entre os sócios e o contador, um perito contábil foi contratado para apresentar um parecer à diretoria da firma X informando a data inicial em que o custo deveria ser capitalizado. Com base neste enunciado, assinale a opção que indica a partir de que data deveria ocorrer a capitalização do custo do empréstimo.**
- a) O parecer técnico-contábil do perito contábil deve certificar que o custo de empréstimo deve ser capitalizado a partir da data do empréstimo, 1º/4/20XX.
 - b) O parecer técnico-contábil do perito contábil deve afirmar que o custo de empréstimo deve ser capitalizado a partir da data do início da obra, 1º/6/20XX.
 - c) O parecer técnico-contábil do perito contábil deve afirmar que o custo de empréstimo pode ser capitalizado a partir de quaisquer das datas, pois norma não interfere nessa decisão.
 - d) O parecer técnico-contábil do perito contábil deve recomendar à diretoria não capitalizar o custo do empréstimo porque a norma determina que ele seja levado ao resultado.
- 45. A empresa X obteve um empréstimo para a construção de um imóvel para instalar um de seus estabelecimentos. A construção do imóvel foi iniciada em 1º/2/20X4 e concluída em 31/1/20X7. O custo do empréstimo foi calculado de forma linear em valor de R\$1.000,00 por mês. Por questões de greve de operários e de tempo chuvoso a obra ficou paralisada de 1º/4/20X5 a 31/7/20X5. O contador capitalizou como custo da obra juros no valor de R\$32.000,00 e levou ao resultado o valor de R\$4.000,00. Os sócios da firma entraram em litígio porque o lucro foi reduzido e prejudicou a distribuição de dividendos. O contador se manteve irredutível em seu procedimento. Foi contratado um perito contábil para emitir um parecer técnico-contábil sobre o procedimento do contador. De acordo com a NBC TG 20 (R1), assinale a opção que apresenta a certificação que deve constar do parecer técnico-contábil do perito contábil.**
- a) O parecer técnico-contábil do perito contábil deve certificar que o contador aplicou corretamente a norma, capitalizando R\$32.000,00 e levando ao resultado o valor de R\$4.000,00.
 - b) O parecer técnico-contábil do perito contábil deve certificar que o valor de R\$36.000,00 deveria ter sido capitalizado.
 - c) O parecer técnico-contábil do perito contábil deve certificar que o valor de R\$36.000,00 deveria ter sido levado ao resultado porque é uma despesa financeira.
 - d) O parecer técnico-contábil do perito contábil deve certificar que, além do valor de R\$36.000,00, o prejuízo pela paralisação também deveria ter sido capitalizado.

46. A empresa X concluiu fisicamente um imóvel destinado a venda em 31/3/20XX. O pretendo comprador exigiu que X fizesse modificações no imóvel para ser adaptado ao seu gosto, as quais se estenderam por mais dois meses. A empresa X construiu o imóvel com dinheiro de empréstimo que tinha um custo financeiro de R\$2.000,00 ao mês. O contador cessou a capitalização dos juros do empréstimo em 31/3/20XX, mas os sócios discordaram e exigiram que a capitalização dos juros fosse feita até o mês em que as adaptações do imóvel foram concluídas. Como o contador não mudou a sua opinião técnica para o registro contábil, um perito contábil foi contratado para dirimir a dúvida, por meio da emissão de um parecer técnico-contábil. Assinale a opção que apresenta a CORRETA conclusão técnica do perito contábil.

- a) A obra só foi concluída depois da adaptação exigida pelo comprador, assim o custo financeiro de R\$2.000,00 por mês deve ser capitalizado até o mês da conclusão das adaptações exigidas pelo comprador.
- b) Todo o custo financeiro do empréstimo é despesa, logo não poderia ter sido capitalizado pelo contador em nenhum mês durante a construção do imóvel.
- c) Como o ativo é qualificável, não importa o mês em que o imóvel foi concluído, os juros devem ser capitalizados até o mês da venda.
- d) A capitalização dos juros deve cessar no mês em que o imóvel ficou fisicamente concluído, antes das adaptações adicionais solicitadas. No período de adaptação do imóvel exigida pelo comprador, os juros devem ser levados ao resultado.

47. Um ativo produtivo da empresa W, ao final do ano 20X0, estava com valor contábil avaliado em R\$280.000,00. Os fluxos de caixa para os períodos 20X1 e 20X2 são respectivamente R\$100.000,00 e R\$200.000,00. A taxa de retorno da empresa W é de 10% em cada período. Com base neste enunciado, assinale a opção que representa o valor recuperável estimado do ativo produtivo no final do ano 20X0.

- a) É maior do que R\$260.000,00.
- b) É menor do que R\$250.000,00.
- c) É menor do que R\$260.000,00.
- d) É igual a R\$255.000,00.

48. Considerando a aplicação prática da NBC TG 09, 14 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA, analise a situação apresentada.

A empresa W, para a elaboração de sua Demonstração do Valor Adicionado, apresentou o seguinte rol de contas com seus respectivos saldos:

a	Receita líquida de vendas e serviços	10.000,00
b	ICMS/PIS/COFINS/IPI sobre a receita de vendas	2.300,00
c	ISSQN/PIS/COFINS sobre a receita de serviços	1.700,00

Considerando o enunciado e dados apresentados, assinale a opção que representa o valor das receitas a ser incluso na DVA.

- a) R\$10.000,00.
- b) R\$12.300,00.
- c) R\$14.000,00.
- d) R\$11.700,00.

49. De acordo com a NBC TG 16, 9 – Estoques, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Com base nesta orientação, identifique o valor pelo qual a empresa W deve avaliar os produtos A, B e C adquiridos para revenda.

Produto	Custo do estoque	Valor de venda	Custos necessários para concretizar a venda
A	100,00	120,00	22,00
B	150,00	190,00	35,00
C	250,00	275,00	26,00

Assinale a opção **CORRETA**.

- a) A soma dos preços de venda é superior à soma dos preços de custo, por isso os produtos A, B e C devem ser avaliados pelo custo.
- b) A soma dos custos dos produtos A e B é inferior à soma dos seus preços de venda, por isso os produtos A e B devem ser avaliados pelo custo.
- c) Os preços de custo dos produtos A e C são superiores aos seus respectivos preços de venda, mas ambos, A e C, devem ser avaliados pelo valor realizável líquido.
- d) A soma dos preços de custo dos produtos B e C é superior à soma dos seus preços de venda, mas ambos, B e C, devem ser avaliados pelo preço de venda.

50. A Fundação X obteve o valor R\$100.000,00 a título de subvenção para manutenção do seu espaço físico. Os trabalhos de manutenção previstos serão iniciados 30 dias depois do recebimento do citado valor, mas o fornecedor do material a ser utilizado no serviço exigiu e a Fundação X pagou um adiantamento de R\$30.000,00. De acordo a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucro, a Fundação X deve efetuar o reconhecimento das transações.

Acerca das informações acima, julgue os itens abaixo.

- I. A Fundação X deve reconhecer o valor de R\$100.000,00 diretamente no resultado como receita, na data de seu recebimento.
- II. A Fundação X deve reconhecer o valor de R\$30.000,00 no ativo.
- III. A Fundação X deve reconhecer o valor de R\$100.000,00 no passivo.
- IV. A Fundação X deve reconhecer o valor de R\$30.000,00 no resultado como despesa.

Estão **CERTOS** apenas os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) III e IV, apenas.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

O presente texto apresenta um resumo dos autos do processo X que o perito do juízo utilizará para elaboração do LAUDO PERICIAL.

A Empresa Y litiga com o Município Z no Estado W na execução de dívida tributária do ISSQN. A execução fiscal no valor R\$150.000,00 é composta pelo valor principal de R\$90.000,00 e encargos no valor de R\$60.000,00 cujo fato gerador ocorreu entre janeiro a setembro 201X nos termos do auto de infração de nº 3028009. A tipificação do auto de infração consiste na declaração do auditor fiscal de que os valores escriturados como isentos e não tributados deveriam estar registrados na coluna “base de cálculo”, de acordo com o Regulamento do ISSQN, cujos dispositivos são declarados como base legal. O volume II dos autos do processo contém cópias autenticadas das notas fiscais de serviço e dos livros de registro de serviços prestados onde as notas fiscais estão escrituradas com segregação dos valores da base de cálculo e dos valores isentos e não tributados que são objeto do trabalho do perito. O perito nomeado pelo juiz, em despacho de folhas 785/786 dos autos do processo X, é o contador B, com registro ativo e em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição. Ambas as partes indicaram assistentes técnicos e apresentaram seus quesitos.

O perito, após a conclusão do seu trabalho, apresentou o LAUDO PERICIAL no dia 20/11/201X.

Com base na situação apresentada escreva:

51. Um texto com a exposição do objeto da Perícia que deve constar do LAUDO PERICIAL.

52. Um texto com a metodologia de trabalho para obtenção da prova pericial que deve constar do LAUDO PERICIAL.

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

